



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS X
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

NATALIA REZENDE SILVA

**OFICINAS DE INCLUSÃO E LETRAMENTO DIGITAL PARA PESSOA
IDOSA: Uma análise de artigos disponíveis no portal de periódicos da Capes.**

Teixeira de Freitas, BA.

2025

NATALIA REZENDE SILVA

OFICINAS DE INCLUSÃO E LETRAMENTO DIGITAL PARA PESSOA IDOSA: Uma análise de artigos disponíveis no portal de periódicos da Capes.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Departamento de Educação - Campus X, como um dos requisitos para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Ivo Fernandes Gomes

Teixeira de Freitas, BA.

2025

FOLHA DE APROVAÇÃO

NATALIA REZENDE SILVA

OFICINAS DE INCLUSÃO E LETRAMENTO DIGITAL PARA A PESSOA IDOSA: Uma análise de artigos disponíveis no portal de periódicos da Capes.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Departamento de Educação - Campus X, como um dos requisitos para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Ivo Fernandes Gomes

Teixeira de Freitas, 08 de agosto de 2025.

BANCA EXAMINADOR



Documento assinado digitalmente

IVO FERNANDES GOMES

Data: 20/08/2025 09:24:47-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ivo Fernandes Gomes / UNEB

Orientador (a)

Documento assinado digitalmente



ELZICLEIA TAVARES DOS SANTOS

Data: 20/08/2025 07:57:39-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Elzicléia Tavares dos Santos – Membro Convidado

UNEB

Documento assinado digitalmente



LIZIANE MARTINS

Data: 20/08/2025 11:05:49-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Liziane Martins – Membro Convidado
UNEB / UFSB

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a **Deus**, por ser a base de tudo, por me conceder forças nos momentos difíceis, iluminar meu caminho e me permitir chegar até aqui com saúde, coragem e fé.

À minha mãe **Berenisce** e ao meu pai **Juscelino**, meu mais profundo reconhecimento e amor. Obrigada por todo o apoio, por acreditarem em mim mesmo nos momentos de incerteza, e por me ensinarem, com o exemplo, o valor da persistência e do estudo.

Ao meu namorado **Gabriel**, agradeço pela paciência, compreensão, carinho e incentivo constante. Sua presença foi essencial para que eu não desistisse nos momentos de cansaço.

Ao professor **Ivo Fernandes**, meu orientador, expesso minha gratidão pela orientação atenta, pelas contribuições valiosas e por confiar no meu potencial como pesquisadora.

À minha colega de turma **Elizangêla Coimbra**, pela amizade, pelas trocas de saberes e por caminhar comigo lado a lado nesta jornada acadêmica.

Agradeço também a todos os **professores do curso de Pedagogia** da UNEB, em especial, **Cecilia e Priscila**, por me incentivarem, por despertarem em mim o gosto pela pesquisa, por me desafiarem e me motivarem a seguir na trajetória acadêmica com compromisso e criticidade.

Ao professor e amigo, **Gean**, por ter me acolhido e apresentado ao programa UATI/CEVITI, onde pude experienciar, de forma plena, a extensão universitária que me proporcionou grandes momentos de aprendizagem.

À **Universidade do Estado da Bahia (UNEB)**, minha gratidão por ter me acolhido e proporcionado não apenas formação acadêmica, mas também crescimento pessoal, político e social. Obrigada por abrir as portas e me permitir viver tantas experiências transformadoras.

À cada pessoa que, direta ou indiretamente, fez parte dessa caminhada: o meu muito obrigada!

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”
Paulo Freire

RESUMO

Esta pesquisa, intitulada *Oficinas de Inclusão e Letramento Digital para a pessoa idosa: Uma análise de artigos disponíveis no portal de periódicos da Capes*, tem como objetivo geral analisar artigos científicos que abordam projetos, cursos ou oficinas de inclusão digital, voltados para a pessoa idosa, verificando a presença de práticas de letramento digital. São discutidos temas relevantes para a pesquisa como: a história e direitos da pessoa idosa (Santos, 2007; Braga Filho, 1996) letramento digital (Rojo, 2004; Ribeiro, 2009); Soares, 2009), inclusão digital (Pereira, 2005). A metodologia adotada foi qualitativa e descritiva (Minayo, 2007), baseada na análise de conteúdo (Bardin, 2016), a partir de uma pesquisa documental envolvendo 14 artigos científicos publicados no portal de periódicos da Capes entre janeiro de 2020 e maio de 2025. Para a análise, são empregados quatro critérios de letramento digital, abrangendo desde o conhecimento e uso básico das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) até a capacidade de utilizá-las de forma crítica, ética e autônoma, e de produzir conteúdo. Os resultados indicam que, embora a maioria dos trabalhos analisados desenvolva, ainda que parcialmente, práticas que favorecem o letramento digital da pessoa idosa, apenas 5 dos 14 artigos atenderam plenamente a todos os critérios. Observou-se que os critérios relacionados ao conhecimento e compreensão básica das TDICs são amplamente explorados, enquanto a dimensão do uso crítico, reflexivo e ético, que inclui a segurança digital e o combate à desinformação, é pouco abordada nas oficinas. No entanto, a promoção da capacidade de produzir conteúdo, resolver problemas e agir com autonomia e responsabilidade se mostrou presente em grande parte das iniciativas. O estudo conclui que a inclusão digital para a pessoa idosa vai além do acesso técnico, sendo um direito social fundamental que exige uma apropriação crítica e significativa das tecnologias para o exercício pleno da cidadania.

Palavras-chave: Letramento digital. Inclusão digital. Pessoa Idosa. Oficinas educativas.

ABSTRACT

This research, entitled *Inclusion Workshops and Digital Literacy for the elderly person: An Analysis of Articles Available on the Capes Journal Portal*, aims to analyze scientific articles that address projects, courses, or workshops focused on digital inclusion for the elderly, examining the presence of digital literacy practices. Relevant topics discussed in this study include the history and rights of the elderly (Santos, 2007; Braga Filho, 1996), digital literacy (Rojo, 2004; Ribeiro, 2009; Soares, 2009), and digital inclusion (Pereira, 2005). The methodology adopted is qualitative and descriptive (Minayo, 2007), based on content analysis (Bardin, 2016), involving documentary research of 14 scientific articles published in the Capes Journal Portal between January 2020 and May 2025. For the analysis, four digital literacy criteria were employed, covering the spectrum from basic knowledge and use of Information and Communication Digital Technologies (ICTs) to the ability to use them critically, ethically, and autonomously, as well as to produce content. The results indicate that although most of the analyzed works develop, at least partially, practices that promote the digital literacy of older adults, only 5 of the 14 articles fully met all the criteria. It was observed that the criteria related to basic knowledge and understanding of ICTs are widely explored, whereas the dimension involving critical, reflective, and ethical use — including digital safety and combating misinformation — is rarely addressed in the workshops. However, the promotion of content creation, problem-solving, and acting with autonomy and responsibility was present in a significant portion of the initiatives. The study concludes that digital inclusion for the elderly goes beyond mere technical access. It is a fundamental social right that requires critical and meaningful appropriation of technologies to ensure the full exercise of citizenship.

Keywords: Digital literacy. Digital inclusion. Older adults. Educational workshops.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – População residente no Brasil (segundo sexo e grupos de idade)	20
Figura 2 – Proporção da população residente – 1980/2022.....	21

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Trabalhos mapeados no portal de periódicos da Capes.....	34
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição percentual por critério atendido.....	40
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DPP: Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ILPIs: Instituições de Longa Permanência para Idosos

INSS: Instituto Nacional do Seguro Social

LBA: Fundação Legião Brasileira de Assistência

LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social

MEC: Ministério da Educação

NBR: Norma Brasileira

OMS: Organização Mundial da Saúde

ONG's: Organizações Não Governamentais

PAI: Programa de Assistência ao Idoso

ProInfo: Programa de Informática na Educação

RDs: Repositórios Digitais

Sinpas: Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social

SUS: Sistema Único de Saúde

TCC: Trabalho de Conclusão de Curso

TDICs: Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação

TIC Domicílios: Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros

UATI/CEVITI: Universidade Aberta à Terceira Idade / Centro de Estudo e Valorização da Terceira Idade

UNEB: Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
1.1. A pessoa idosa: A trajetória da garantia de direitos.....	16
1.2. Entre conexões e exclusões: um olhar teórico sobre a inclusão digital	21
1.3. Entre letras e telas: fundamentos do letramento digital	26
2. METODOLOGIA DA PESQUISA	31
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	34
Critério 1: Conhecer as tecnologias digitais de informação e comunicação e sua utilização nas diversas práticas sociais:	35
Critério 2: Compreender e utilizar as tecnologias digitais de informação e comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações:.....	36
Critério 3: Utilizar as tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética no cotidiano:.....	37
Critério 4: Produzir conteúdo, resolver problemas e agir pessoal e coletivamente com autonomia e responsabilidade diante das tecnologias de informação e comunicação:.....	39
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43

INTRODUÇÃO

O avanço das tecnologias digitais transformou profundamente as formas de comunicação, acesso à informação, realização de serviços e participação social. No entanto, esse processo não ocorreu de forma igualitária para todos os segmentos da população e um dos grupos que mais tem enfrentado barreiras no acesso e uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) é o da pessoa idosa.

O uso da Internet entre idosos dobrou consideravelmente nos últimos anos no país (IBGE, 2023). O percentual de pessoas com mais de 60 anos que acessam a rede saltou de 24,7% para 66% num período de sete anos, de 2016 a 2023. O aumento da conectividade dessa geração é um movimento crescente e o avanço da digitalização durante a pandemia impulsionou o fenômeno.

A realidade desses números e as perspectivas futuras, apontam para a necessidade de pesquisas voltadas para este grupo, que contribuam para um processo de envelhecimento mais saudável e ativo. Em meio a nova era digital, inserir o idoso às práticas de letramento digital são essenciais para diminuir a vulnerabilidade desse grupo frente a crimes cibernéticos, além de trazer mais segurança para realizar tarefas do cotidiano, como enviar mensagens no *WhatsApp*, pesquisar uma receita na internet, chamar um carro por aplicativo, dentre outras atividades corriqueiras na sociedade atual.

Diferente da chamada “Geração Z” que nasceu em meio à onipresença das novas tecnologias digitais (Prensky, 2001), os idosos, por vários motivos, sentem a necessidade de se apropriarem das tecnologias digitais comumente utilizadas. Eles querem aprender e ter acesso aos recursos digitais para se divertir, comunicar e se manter informado. Nesse sentido, esta pesquisa visa analisar artigos científicos que abordam projetos, cursos ou oficinas de inclusão digital voltados para a pessoa idosa, verificando a presença de práticas de letramento digital, algo que permite o desenvolvimento de habilidades através do contato com a internet e integração nas práticas sociais (Machado *et al.*, 2019).

Como ressalta Pereira (2005), a inclusão digital não se resume ao acesso físico às tecnologias, mas envolve a apropriação crítica, significativa e participativa desses recursos. Daí a importância de práticas pedagógicas que promovam não apenas o domínio técnico, mas o letramento digital, entendido como a capacidade de conhecer, compreender, utilizar e interagir de forma autônoma nos ambientes digitais (Soares, 2002; Ribeiro, 2009).

A questão norteadora que orientou esta pesquisa é: quais práticas de letramento digital têm sido utilizadas em oficinas, projetos e cursos de inclusão digital voltados à pessoa idosa? Parte-se da hipótese de que, embora muitas iniciativas estejam voltadas para o ensino técnico do uso de tecnologias, nem todas desenvolvem práticas de letramento digital em sua integralidade, deixando de contemplar aspectos como criticidade, ética, e participação ativa nos ambientes digitais

O presente trabalho insere-se no campo da Educação, com diálogos interdisciplinares com a área da Comunicação e da Ciência da Informação. E, tem como objetivo geral analisar artigos científicos que abordam projetos, cursos e/ou oficinas de inclusão digital voltados para a pessoa idosa, verificando a presença de práticas de letramento digital. De maneira mais específica, busca-se levantar, no portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no período de 2020 a 2025, artigos científicos que abordam práticas de inclusão digital direcionadas à pessoa idosa. Identificar os conteúdos, metodologias e estratégias contemplados nas práticas de inclusão digital, descritas nos artigos e verificar a descrição das práticas de inclusão digital, identificando a presença de elementos de letramento digital.

Entre os principais autores que embasam teoricamente esta pesquisa, destacam-se Santos (2007) e Braga Filho (1996) Para discutir a pessoa idosa. Inclusão digital. Pereira (2005). Abordando letramento digital, Ribeiro (2009), Soares (2009) e Machado *et al* (2019). Minayo (2007) e Bardin (2016) no campo metodológico. Tais referências foram fundamentais para compreender os múltiplos significados do letramento digital e suas implicações para a inclusão social da população idosa.

Vale ressaltar que o interesse por esta temática nasceu da minha atuação como monitora voluntária na oficina de Inclusão digital “Conectando redes e saberes”, no âmbito do programa Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI/CEVITI) da UNEB, em execução no Departamento de Educação, Campus X, Teixeira de Freitas - Bahia. Observei que os participantes têm anseio de aprender a utilizar não só o computador, mas também o smartphone para realizar tarefas do cotidiano, como chamar um transporte por aplicativo, salvar um contato, apagar fotos e conversas quando o celular está com a memória cheia, limpar a caixa de e-mail, dentre outras atividades. Alguns, inclusive consideram o computador “atrasado” ou que caiu em “desuso”, além de apresentarem preocupação em se envolverem em golpes e notícias falsas.

Assim, analisar as abordagens e metodologias utilizadas em grupos, oficinas e projetos de inclusão digital voltados para a terceira idade pode ser fundamental para compreender se as práticas

desenvolvidas nesses espaços estão, de fato, promovendo o letramento digital dos participantes. Em uma sociedade cada vez mais atravessada pela cultura digital, é essencial identificar se tais iniciativas vão além do uso técnico das tecnologias digitais, favorecendo a apropriação crítica, significativa e contextualizada desses recursos. A partir dessa análise, será possível propor estratégias pedagógicas mais alinhadas às necessidades e interesses da pessoa idosa, contribuindo efetivamente para sua inclusão e letramento digital, em consequência, também social.

Além disso, a inclusão digital, segundo Kachar (2013); Carvalho e Ishitani (2013) é essencial para promover maior autonomia e participação social, pois acompanhar a evolução das tecnologias digitais é importante para todos, independentemente da idade cronológica. Essa perspectiva rompe com estereótipos atrelados à pessoa idosa que os afastam das tecnologias, evidenciando a importância de pesquisar essa temática.

Esta pesquisa está dividida em três capítulos. O primeiro, trata-se da **Fundamentação Teórica**, o qual está subdividido em três seções: 1 - discussões relevantes sobre a história e conquista de direitos da pessoa idosa; 2 – abordagem da inclusão digital em relação às camadas da sociedade, trazendo consigo o reflexo da exclusão digital; e por fim, 3 – capítulo sobre letramento digital que abarca a importância de algumas habilidades necessárias para adentrar na cultura digital. Em seguida, o segundo capítulo, a **Metodologia da Pesquisa**, mostra o passo-a-passo de todo desenvolvimento da pesquisa. Por último, os **Resultados e Discussão**, capítulo que apresenta os achados dessa investigação, bem como as análises realizadas.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1. A pessoa idosa: A trajetória da garantia de direitos

No Brasil a pessoa idosa, historicamente nominada também como “velha” ou “terceira idade”, como será discutido a seguir, passou por um processo, moldado por contextos econômicos, sociais, políticos e culturais ao longo do tempo. Inicialmente, o cuidado com a pessoa idosa estava ligado à caridade e a tutela era obrigação da família. Com o passar dos anos, foram adquiridos direitos.

A história da pessoa idosa no Brasil carece de produções científicas, tendo como obra principal que aborda a velhice no país, o livro de Mario Filizzola de 1972, intitulado “A Velhice no Brasil”. O autor, aponta para o exército como o responsável pelo surgimento do “Humanismo aplicado à Velhice” (Santos, 2007). Segundo Filizzola:

[...] a primeira instituição para velhos do País foi a “Casa dos Inválidos”, construída em 1794, no centro da Cidade do Rio de Janeiro. Inspirado na obra de Luiz XIV, que havia erguido em Paris o Hotel des Invalides, destinado aos heróis das campanhas francesas. (Filizzola 1972 *apud* Fabricio; Saraiva; Feitosa, 2018, p.27)

De acordo com Santos (2007), após um curto período a “Casa dos Inválidos” foi fechada com a chegada da corte portuguesa no Brasil. Depois de 47 anos foi inaugurado o “Asilo dos Inválidos da Pátria”, onde eram colocados soldados “inválidos”. Vale a pena refletir que esse não era um lugar que atendia a população de idosos em massa, mas se reservava a soldados inválidos. Além disso, é possível observar uma associação de invalidez à velhice

O século XIX é marcado por intensas transformações políticas, econômicas e sociais. Assim, em sua obra “Mendigos moleques e vadios”, Braga Filho (1996) reflete sobre a separação entre mendigos e vadios que marcaram a primeira metade do século XIX. Os mendigos eram dignos de receber esmolas e frequentar os lugares, diferentes dos vadios. Braga Filho reflete que:

[...] Os mendigos, mesmo quando objeto de repulsa e desprezo, não eram vistos como marginais. Chegavam a desfrutar de certa tolerância social, ligados que estavam ao cenário cotidiano da cidade. Numa sociedade católica eram eles que davam um toque de piedade aos funerais, às festas e procissões religiosas e aos atos de caridade dos Paroquianos [...] (Braga Filho, 1996, p.35).

A ideia apontada por Braga Filho (1996), representa uma prática ainda ligada à Idade Média de perdão aos que ajudam os menos afortunados. Os mendigos aqui são os incapacitados para o trabalho: o doente ou portador de alguma deficiência física. O velho, a criança órfã e as viúvas eram os pobres reconhecidamente legítimos, portanto, aptos para sobreviver pela caridade. No entanto, essa visão de “marginalidade” (Braga Filho, 1996) era imposta aos vadios e aos indigentes caracterizados como jovens entre 18 e 30 anos, pois representavam uma ameaça à estabilidade social.

Deste modo, pode-se observar que a idade atua como critério para separar mendigos e vadios, uma vez que os considerados vadios eram os jovens. Aos mendigos havia certa tolerância, sendo observado uma divisão entre os pobres que mereciam caridade e aqueles que sofriam repressão.

Na metade do século XIX, o discurso da filantropia e da medicina social se fortaleceu, alterando as práticas sobre a pobreza. Com a proibição do tráfico negreiro, por exemplo, um contingente dos escravizados que obtinham sua liberdade conseguiam, por vezes, se tornar trabalhadores assalariados, o que contribuiu para que a concepção de pobreza começasse a desvincular-se de aspectos morais e religiosos.

Ainda no século XIX sobre a ação dos Higienistas¹, algumas ações foram tomadas, como a fundação do Asilo de Mendicidade, conhecido como Albergaria. Além da ampliação da Santa Casa de misericórdia. Segundo Santos (2007, p. 17), nos tempos da filantropia-higiênica, uma série de transformações se daria nos espaços institucionais tradicionalmente gerenciados pela ótica da caridade: como a separação das enfermarias. O Asilo de Santa Maria parece ter tido por função inicial acolher “velhas” que já se achavam institucionalizadas, e, se retiradas do hospital não teriam para onde ir. O que culminou na necessidade de um novo espaço de asilo para “velhos”. Assim ocorreu a separação entre velhice e mendigos. De acordo com Santos (2007, p.19) em 1890, no Rio de Janeiro, fundava-se o “Asilo São Luiz para a Velhice Desamparada”, primeira instituição destinada exclusivamente à velhice na cidade. Nesse contexto, acontece a separação da velhice, de outras categorias etárias.

¹ Higienistas refere-se a pessoas que defendem ou praticam o higienismo, uma doutrina que surgiu no século XIX que enfatizava a importância da higiene e da saúde pública para o progresso da sociedade. No Brasil, o higienismo teve forte influência no final do século XIX e início do século XX, com ações voltadas para a educação sanitária, saneamento básico e melhoria das condições de vida da população.

Com o aumento significativo do número de idosos no país e com o intuito de promover ações além dos muros dos chamados asilos, a partir de 1974 emergiu no cenário brasileiro o Benefício da Renda Mensal Vitalícia (extinto com a Lei n.º 8.742/93 em 07/10/93) e o Programa de Assistência ao Idoso (PAI), proposto pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) que no Brasil, foi extinto em 1990 e deu lugar ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Houve ainda outras iniciativas:

Com a reforma da Previdência, em 1977, criando o Sinpas - Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, o programa passou para a fundação Legião Brasileira de Assistência - LBA, que se tornou responsável pelo atendimento ao idoso em todo o território nacional, somente a partir de 1979. Com o novo direcionamento do governo, este programa passou a visar ao atendimento aos idosos que ganhassem até dois salários mínimos e aos excluídos da Previdência Social. A Fundação Legião Brasileira de Assistência assumiu a responsabilidade pela implementação do Programa, realizando convênios com ONG's, Estados e Municípios, para atendimento à pessoa idosa. (Santos, 2007, p.25)

Além disso, em 1988 com aprovação da Constituição Federal a proteção do idoso passou a ser dever da família, Estado e da sociedade, ainda que na prática a família tenha maior responsabilidade por esse apoio, e muitas vezes precisa de condições econômicas para conseguir realizar. Nesse sentido:

O Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. § 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares. § 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos. (Brasil, 2016, p. 133).

A partir das últimas décadas do século XX, o número de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI²) cresceu significativamente, impulsionado pelo aumento da expectativa de vida e a diminuição da disponibilidade de recursos familiares para o cuidado. Paralelamente, a imagem da "velhice" começou a ser substituída pela "terceira idade", um período de realizações pessoais, lazer e cuidados com a saúde, e os "velhos" passaram a ser chamados de "idosos".

² As ILPIs são instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinadas ao domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar e em condições de liberdade, dignidade e cidadania.

Além da Carta Magna, outras legislações também asseguram direitos à pessoa idosa. A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, Lei n. 8.625/1993 estabelece mecanismos de proteção e defesa desse público. No campo da saúde, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da Lei n. 8.080/1990, trouxe políticas voltadas para a prevenção e promoção da saúde, prevendo ainda o estímulo e o financiamento de pesquisas sobre o envelhecimento e a realidade da população idosa, bem como o apoio à criação de serviços alternativos e especializados para esse grupo.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), estabelecida pela Lei nº 8.742/93, garante direitos e proteção aos idosos, assegurando um salário mínimo mensal como benefício assistencial para aqueles que comprovem não possuir meios de prover sua própria manutenção ou tê-la provida pela família. Além da política Nacional do Idoso, que tem como objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade

No Brasil o documento que tem como objetivo assegurar o cumprimento de todas estas Leis anteriores é a de nº 10.741/2003 anteriormente denominada como “Estatuto do idoso”, que passou por uma mudança no ano de 2022, sendo renomeada para “Estatuto da Pessoa Idosa.” Essa alteração, estabelecida pela Lei nº 14.423/2022, mudou em todo o estatuto os termos “idoso” e “idosos” para “Pessoa idosa” e “Pessoas idosas”, visando promover a inclusão, o combate ao preconceito e a valorização da pessoa idosa. (Brasil, 2022). Na referida lei, em seu Art. 1º é instituído o Estatuto da Pessoa Idosa, destinada a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. A pessoa Idosa goza de todos os direitos fundamentais garantindo oportunidades e facilidades.

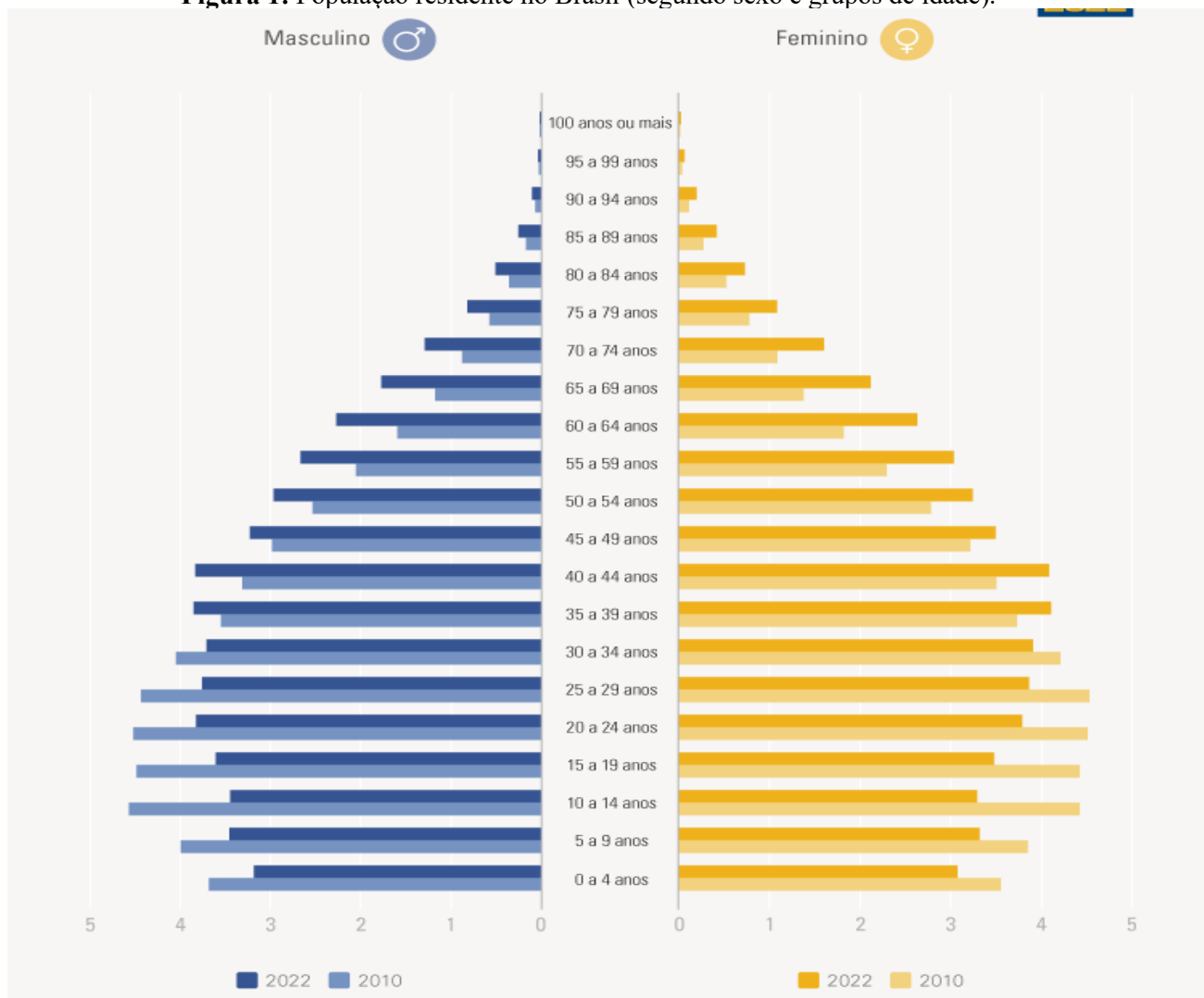
A Conquista dos direitos da pessoa idosa no Brasil, está diretamente ligada ao aumento significativo desse grupo etário. Nesse sentido, dados do IBGE (2022) apontam que:

Em 2022, o total de pessoas com 65 anos ou mais de idade no país (22.169.101) chegou a 10,9% da população, com alta de 57,4% frente a 2010, quando esse contingente era de 14.081.477, ou 7,4% da população. Já a população idosa de 60 anos ou mais é de 32.113.490 (15,6%), um aumento de 56,0% em relação a 2010, quando era de 20.590.597 (10,8%). É o que revelam os resultados do universo da população do Brasil desagregada por idade e sexo, do Censo Demográfico 2022. Esta segunda apuração do Censo mostra uma população de 203.080.756 habitantes, com 18.244 pessoas a mais do que na primeira apuração. (Brasil, 2022)

É possível observar o aumento expressivo da pessoa idosa no Brasil a partir de 1980, o que tem ocasionado uma mudança na pirâmide etária do país. Isso se dá pelo aumento das políticas

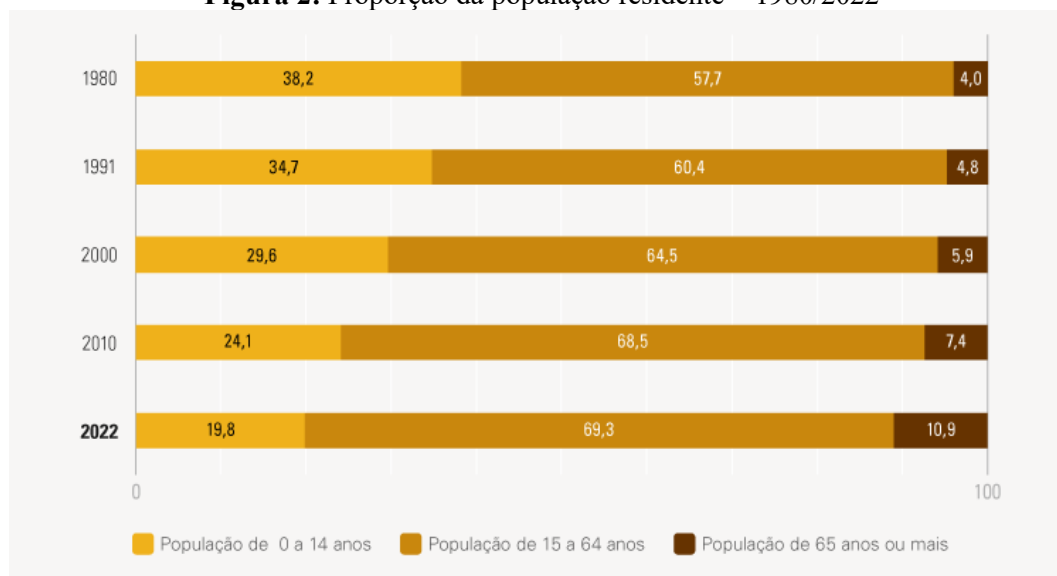
públicas que atendem as pessoas idosas ao longo dos anos, que permitem maior qualidade de vida e, conseqüentemente, o aumento da expectativa de vida. Além disso, é possível observar a diminuição na taxa de natalidade do país.

Figura 1: População residente no Brasil (segundo sexo e grupos de idade).



Fonte: Censo demográfico do (IBGE 2022)

Em 1980, o Brasil tinha 4,0% da população com 65 anos ou mais de idade. Os 10,9% alcançados em 2022 por essa parcela da população, representa o maior percentual encontrado nos censos demográficos. No outro extremo da pirâmide etária, o percentual de crianças de até 14 anos de idade, que era de 38,2% em 1980, passou para 19,8% em 2022.

Figura 2: Proporção da população residente – 1980/2022

Fonte: Censo demográfico do IBGE 2022

Seguindo nesse ritmo, com o aumento da porcentagem da pessoa idosa e diminuição de crianças, pesquisas realizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que o número de pessoas com idade superior a 60 anos chegará a 2 bilhões até 2050, o que representará um quinto da população mundial. Além disso, dados do Ministério da Saúde revelam que em 2030 o número de idosos ultrapassará o número de crianças entre zero e 15 anos em nosso país.

1.2 Entre conexões e exclusões: um olhar teórico sobre a inclusão digital

Os computadores eletrônicos foram materializados em meados do século XX nos Estados Unidos, fruto do desenvolvimento tecnológico impulsionado pela Segunda Guerra Mundial, como uma máquina capaz de realizar cálculos. Com o fim da guerra, muitos outros usos foram pensados para essa máquina, que foi alvo de investimentos e esforços com o intuito que ela diminuísse de tamanho e pudesse ser operada por pessoas leigas com linguagem de programação:

O próximo passo a ser dado sem contar a evolução e aprimoramento do hardware sem o qual isso não seria possível seria a gradual passagem dos aplicativos para ambiente DOS verdadeiro mar de produtos para um novo padrão de ambiente, que começava a ganhar contornos definitivos, e que protagonizou o início de uma nova

idade na história dos microcomputadores: o do sistema operacional Windows, que tornou-se padrão dominante para os aplicativos para PC, tornando a Microsoft líder na definição de especificações multimídia (Filho, 2009, p.131)

A Internet tem um percurso parecido até que se tornassem acessíveis ao público em geral, transformando-se em um ambiente de interação, leitura e escrita cotidiana.

[...] inicialmente, foi uma rede militar, em seguida entrou nas universidades, começou a ser utilizada como mídia (para a comunicação entre pesquisadores, alunos, etc.) e depois ficou pública, tornando-se mídia num sentido mais amplo, ao alcance das pessoas comuns como ambiente de leitura e escrita. Atualmente, qualquer pessoa pode ler jornais, fazer pesquisas e bater papo via Internet, desde que tenha um computador diante de si. (Ribeiro, 2009, p.20).

Segundo Coscarelli e Ribeiro (2005) a popularização da internet aconteceu a partir da década de 1990 e tornou-se a era de expansão. Foi, então, que uma parcela da população incluiu os chamados microcomputadores digitais no seu dia-a-dia, os quais começaram a ser incorporados ganhando empresas, caixas de banco, de supermercados e padarias. As pessoas apropriaram-se das diversas possibilidades do mundo digital.

Vale ressaltar que o acesso às novas tecnologias por muito tempo foi reservado às camadas mais ricas da população e por esse motivo grande parte da sociedade não teve acesso, ainda jovem, a esses recursos. Além disso, ter computadores em casa, não era algo que as pessoas julgavam como uma necessidade ou prioridade. Apesar disso:

Antes de 1995 já existiam pessoas que tinham acesso, como funcionários de alguns órgãos públicos. Os computadores eram muito caros. “As pessoas compravam no exterior e traziam para o Brasil”, diz José Calazans, analista de mercado da companhia. À medida que os computadores foram se tornando mais acessíveis, esse perfil foi passando para as pessoas que tinham dinheiro para comprá-los, que à época, eram das classes A e B (Azevedo; Gonzaga, 2015).

Em entrevista à Folha de São Paulo em maio de 1995, Bill Gates dizia sonhar com um computador que custasse menos de US\$ 1.000 (um mil dólares), "Esse é um dos desafios da indústria", afirmou à ocasião do lançamento do *Windows 95*, que requeria no mínimo um processador 386 e 4 Megabytes de memória RAM.

Azevedo e Gonzaga (2015) apontam que a virada com relação à Inclusão Digital ocorreu em 2004, onde milhares de brasileiros passaram a utilizar o *Orkut* em *Lan house*³. Foi então, com a expansão dessas *lan houses* e das redes sociais, que as classes A e B deixaram de ser dominante. Fenômeno que durou até meados de 2007. Azevedo e Gonzaga (2015) refletem que nesse momento acontece uma ascensão da classe C, que passa a ter maior poder aquisitivo, comprar computadores e acessá-los em casa, o que gerou o crescimento da internet no país.

Alguns anos depois, em 2010, os *smartphones* ganharam popularidade no Brasil, devido a uma combinação de fatores como a acessibilidade, internet móvel e proliferação das redes sociais. Durante todo o ano de 2010 o país registrou 28,98 milhões de novas habilitações e alcançou 202,94 milhões de assinantes de telefonia móvel. Isso representou um crescimento de 16,66% em relação a 2009, com teledensidade⁴ de 104,68 acessos por 100 habitantes (crescimento de 15,60% em comparação com o ano anterior). Os dados da TIC Domicílios (2024) revelam que o acesso a esse tipo de tecnologia digital cresceu significativamente nas últimas décadas:

A proporção de brasileiros com acesso à internet em casa nas áreas urbanas cresceu de 13% para 85% em duas décadas. Em 2005, apenas uma em cada oito residências no país tinha conexão. Agora, 20 anos depois, sete em cada oito domicílios estão conectados. (Helder, 2024)

Ainda que tenhamos avançado com relação ao acesso às tecnologias de informação e comunicação, essa é uma discussão que não pode ocorrer descontextualizada da realidade. Levando em consideração que pessoas em situação de exclusão social não consigam acesso aos computadores, isso revela que houve popularização ou democratização e não uma Inclusão digital (Pereira, 2005).

Antes de discorrer sobre a inclusão digital propriamente dita, é necessário entender sobre esses conceitos separadamente. É possível definir, segundo Pereira (2005), que a ideia de inclusão se refere a quando uma pessoa ou um grupo começa a participar dos costumes de outro grupo. Já o termo digital está sempre associado ao computador e em um sentido mais amplo, seria um modo de processar, transferir ou guardar informações. Dito isso Inclusão Digital:

³ É um estabelecimento comercial que oferece acesso à internet e computadores para uso mediante pagamento por hora ou período. Além do acesso à internet, muitas *lan houses* também oferecem serviços como impressão, cópias, digitalização de documentos, e outros serviços relacionados à informática

⁴ índice de distribuição dos acessos à rede telefônica numa determinada região, que revela o número de linhas telefônicas ativas por cada 100 habitantes

[...] É um processo em que uma pessoa ou grupo de pessoas passa a participar dos métodos de processamento, transferência e armazenamento de informações que já são do uso e do costume de outro grupo, passando ter os mesmos direitos e os mesmos deveres dos já participantes daquele grupo onde está se incluindo. Para isso, precisamos dominar a tecnologia de informação, estou me referindo a computadores, softwares, internet, correio eletrônico, serviços, etc, que vão muito além de aprender a digitar, conhecer o significado de cada tecla do teclado ou usar um mouse. Precisamos dominar a tecnologia para que, além de buscarmos a informação, sejamos capazes de extrair conhecimento. (Pereira. 2005, p.17)

Com o intuito de promover Inclusão Digital, desde 1997, iniciativas governamentais têm sido implantadas para esse fim. Programas como o ProInfo, que implantou laboratórios de informática em escolas, com o objetivo de promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica, bem como o Programa Cidades Digitais (Portaria nº 376, de agosto de 2011) que moderniza a gestão municipal e amplia o acesso aos serviços públicos por meio da tecnologia, afim de promover uma cultura digital na sociedade brasileira, são exemplos de esforços do Governo para promover a inclusão digital.

Também, o Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), criado em 2017, que oferece gratuitamente conexão à internet em banda larga - por via terrestre e satélite, direcionado, prioritariamente, para comunidades em estado de vulnerabilidade social que não têm outro meio de inserção no mundo das tecnologias da informação e comunicação.

Outra ação é o Programa Computadores para Inclusão (lei 14.479 de dezembro de 2022), que se refere a espaço físico adaptado para o condicionamento de equipamentos eletroeletrônicos e para a realização de cursos e oficinas, voltados para a formação cidadã e profissional de jovens em situação de vulnerabilidade social.

Apesar desses avanços, é possível observar alguns desafios. Dados recentes divulgados pelo Enap.gov (2024) indicam que apenas 22% dos brasileiros possuem acesso a uma internet de qualidade, evidenciando a necessidade de políticas públicas mais eficazes para ampliar a conectividade e promover a inclusão digital em todo o país. Apesar dos quase 90% de brasileiros conectados, esses dados assumem outro significado, quando olhamos para as classes D e E, pois, nessas camadas a qualidade de acesso cai para 3% da população. O que se apresenta como um dado alarmante, mostrando a desigualdade de acesso ainda existente no território brasileiro, afetando principalmente as camadas economicamente mais pobres.

Vale ressaltar que esses resultados são consequências de uma série de direitos negados ao longo dos anos, sendo o principal deles a educação. E, isso é refletido em diversas desigualdades. Uma bola de neve que afeta principalmente as camadas mais pobres da sociedade. De acordo com dados de Oxfam⁵ em 2024, 64% da riqueza do Brasil está nas mãos de 1% da população, tendo um impacto direto em diversas áreas.

A exclusão socioeconômica nesse caso, desencadeia a exclusão digital que afeta diretamente os mais pobres que enfrentam barreiras para se integrar na sociedade.

A exclusão digital não se refere a um fenômeno simples, limitado ao universo dos incluídos e excluídos, polaridade real mas que por vezes mascara seus múltiplos aspectos. A razão é simples: a oposição entre acesso e não acesso é uma generalização razoável quando se trata de serviços públicos ou de bens tradicionais de consumo intermediário. Para aferir a exclusão digital, contudo, o número de proprietários de computador ou de pessoas com acesso à Internet é uma medida primitiva demais, já que vários outros fatores devem ser considerados: o tempo disponível e a qualidade do acesso afetam decisivamente o uso da Internet; as tecnologias da informação e comunicação (Sorj e Guedes, 2005, p.72).

Nesse sentido, a exclusão digital impede os indivíduos de se inserir na comunidade digital ocasionando diversas consequências. É possível perceber que os grupos excluídos digitalmente são também aqueles excluídos socialmente e ainda que seja possível observar políticas públicas com vista à inclusão digital, estas ainda não atendem a todas as camadas da sociedade. Nota-se, que nenhuma das políticas citadas anteriormente são voltadas a pessoa idosa e suas especificidades. Vale ressaltar que esse grupo ainda sofre com diversos estereótipos, nesse viés:

Muitos obstáculos estão relacionados a estereótipos que associam a velhice à aposentadoria, doenças e incapacidades, reforçando a percepção de que os idosos são incapazes de aprender novas habilidades. Essa visão pode acentuar a exclusão digital. Além disso, o preconceito etário provoca ansiedade tecnológica e baixa autoestima, gerando conflitos intergeracionais e abandono das tecnologias[...] (Alves et al,2024. p.6)

Assim, faz-se necessário políticas públicas mais eficazes que promovam uma inclusão digital a todos, como garantia de um direito. Para Gil (2019) é necessário práticas que enxergam a inclusão digital além de apenas fazer uso da internet, mas que garanta um uso consciente das

⁵ É uma organização global que trabalha para combater a pobreza e a injustiça, promove a igualdade e justiça social.

ferramentas digitais. “Mais importante que o acesso é garantir que os indivíduos possuam as competências necessárias e suficientes” (Gil, 2019, p. 90) de forma que consigam fazer uso adequado na sociedade atual.

É importante considerar a inclusão digital como um processo que visa garantir o acesso equitativo às tecnologias da informação e comunicação, permitindo que indivíduos de diferentes origens socioeconômicas, localizações geográficas e habilidades participem plenamente da sociedade digital contemporânea. Isso envolve não apenas disponibilizar dispositivos e conexão à internet, mas também capacitar as pessoas com as habilidades necessárias para utilizar essas tecnologias de forma eficaz e segura.

1.3. Entre letras e telas: fundamentos do letramento digital

Letramento é uma palavra relativamente nova na Língua Portuguesa, de acordo com Soares (2009) essa palavra chega ao vocabulário da educação e da linguística na década de 80 em algumas obras como na de Mary Kato de 1988 (No mundo da escrita uma perspectiva psicolinguística). E em 1988, Leda Verdiani (Adultos não alfabetizados: O avesso do avesso, editora Pontes). Assim, torna-se cada vez mais comum nas escritas e nos discursos.

Uma nova palavra pode ser criada ou um novo significado pode ser atribuído a palavras já existentes, sempre que surgem novos fenômenos sociais e culturais (Soares, 2009). É o caso do termo “letramento”, que, embora se relacione com a palavra “*letrado*”, tradicionalmente definida como “*versado em letras, erudito*”, adquire um novo sentido. Da mesma forma, “*iletrado*”, antes entendido apenas como alguém “*sem conhecimentos literários*”, também ganha novos contornos. Assim, o conceito de letramento se afasta da ideia puramente escolar ou erudita, assumindo um significado mais amplo, ligado às práticas sociais de uso da leitura e da escrita no cotidiano.

Para explicar tal fenômeno a palavra letramento trata-se de uma tradução para o português da palavra inglesa Literacy:

Etimologicamente, a palavra literacy vem do latim littera (letra), com o sufixo -cy, que denota qualidade, condição, estado, fato de ser (como, por exemplo, em innocency, a qualidade ou condição de ser inocente). No Webster's Dictionary, literacy tem a acepção de "the condition of being literate", a condição de ser literate.' e literate é definido como "educated; especially able to read and write", educado, especialmente, capaz de ler e escrever. Ou seja: literacy é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever. Implícita nesse conceito está a ideia de que a escrita traz consequências sociais, culturais, políticas,

econômicas, cognitivas, linguísticas, quer para o grupo social em que seja introduzida, quer para o indivíduo que aprenda a usá-la. (Soares, 2009, p.17)

Nesse sentido, o conceito de letramento ultrapassa o conceito de alfabetização. Ribeiro (2009, p.17) enfatiza que:

Para alguns pesquisadores, até mesmo uma pessoa analfabeta (isto é, que não domina as técnicas de ler e escrever) pode ser letrada se conviver em meios e em uma sociedade em que a escrita faça parte do cotidiano. O conceito de letramento ultrapassa o ato de ler e escrever.

Deste modo, esse conceito está associado ao uso funcional através das vivências e possibilidades na sociedade mesmo que utilizando apenas a linguagem oral. Outra questão suscitada ao discutir letramento são os chamados graus de letramento:

Pessoas que lêem Camões e escrevem teses têm um grau de letramento diferente das pessoas que escrevem um bilhete por ano e lêem apenas os rótulos das latas no supermercado. Todos esses graus são importantes, a diferença é que graus mais elevados podem ampliar as possibilidades de atuação das pessoas e das comunidades. Alcançar os graus mais elevados de letramento depende de vários fatores. Entre eles estão as necessidades profissionais de cada um, as influências do ambiente familiar, a escolaridade, a participação em grupos como igrejas, sindicatos, partidos políticos e outras agremiações, etc. Não há um limite para o letramento, ele é infinito[...] (Ribeiro, 2009, p.19)

Esses graus de letramento vão se modificando à medida que o mundo evolui, novas formas e modos de escrita vão surgindo e passam a expandir os horizontes de possibilidades. Na Idade Média, por exemplo, o sistema de mídia se dava através das opções que eram disponíveis na época como: Livros em formato de rolo, códex, escritos a mão, posteriormente apareceu a opção pela imprensa tipográfica. Nesse sentido:

[...] há alguns séculos o sistema de mídias era composto por poucas opções, tais como o livro impresso e a oralidade, mais recentemente o incremento desse sistema deu-se com a emergência de mídias como a televisão, o rádio e a Internet. O sistema ficou mais complexo, acarretando uma aplicação de práticas para o leitor/escritor. (Ribeiro, 2009, p.19)

Atualmente, a multimodalidade é bastante presente nos textos que contam não só com o texto escrito, mas com outros elementos como som, imagem e vídeo, o que se reflete em diferentes práticas de leitura e exigindo diversas habilidades por parte dos leitores.

Alguns pesquisadores como Street (2003) e Rojo (2001) refletem a existência não só de um tipo de letramento e sim “letramentos”. Levando em consideração as múltiplas habilidades, culturas e possibilidades, os conhecimentos dos sujeitos se diferem em cada uma delas, segundo Rojo:

‘multiletramento’, aqui, significa que compreender e produzir textos não se restringe ao trato do verbal oral e escrito, mas à capacidade de colocar-se em relação às diversas modalidades de linguagens – oral, escrita, imagem, imagem em movimento, gráficos, infográficos etc. – para delas tirar sentido (Rojo, 2004, p. 31).

No desenrolar desta pesquisa, notou-se que os termos “letramento”, “letramentos”, “multiletramentos” e “letramentos múltiplos”, são conceitos que se inter-relacionam, segundo Lima Neto e Carvalho (2022). Por isso, vale ressaltar que não há apenas um tipo de letramento neste sentido, é possível considerar o letramento midiático, acadêmico, literário, dentre outros.

No entanto, essa pesquisa tem como foco o letramento digital. Embora, o letramento possua várias vertentes, o letramento digital apresenta similar amplitude e complexidade. De acordo com Herring (2004) *apud* Lima Neto e Carvalho (2022), “esse conceito remonta à origem do termo para o séc. XIX, tendo se fortalecido principalmente a partir de teóricos do Construtivismo”, algo, inicialmente, ligado à apropriação da escrita como habilidade técnica.

No Brasil, existem algumas definições para tratar desse fenômeno, que considera práticas exercidas na tela como diferentes daquelas realizadas no papel. Magda Soares define letramento digital como:

[...] certo estado ou condição que adquirem os que se apropriam da nova tecnologia digital e exercem práticas de leitura e de escrita na tela diferentes do estado ou condição – do letramento – dos que exercem práticas de leitura e de escrita no papel (Soares, 2002, p. 151)

Nesse sentido, Soares reconhece que ao se falar de letramento digital são necessárias outras habilidades além da leitura e escrita. Apesar de reconhecer sua importância. Em consonância, para Coscarelli e Ribeiro (2009, p.9) o “Letramento digital é o nome que damos, então, à ampliação do leque de possibilidades de contato com a escrita também em ambiente digital, tanto para ler quanto para escrever”. Nesse mesmo sentido, Zaine (2020), afirma que letramento digital envolve diferentes aspectos como:

competências como compreender, assimilar, reelaborar e chegar a um conhecimento, a partir de práticas de leituras, releituras de informações e escrita, a fim de utilizar as tecnologias como benefício na vida pessoal e coletiva. (Zaine, 2020, p. 220)

Assim, ao definir letramento digital não se deve levar em conta apenas a capacidade de ler e escrever, mas também, a manipulação dos artefatos tecnológicos digitais.

Letramento digital é a porção do letramento que se constitui das habilidades necessárias e desejáveis desenvolvidas em indivíduos ou grupos em direção à ação e à comunicação eficientes em ambientes digitais, sejam eles suportados pelo computador ou por outras tecnologias de mesma natureza. (Ribeiro, 2009, p.30)

Ainda, segundo Ribeiro (2009), para ter algum “grau” de letramento digital são necessárias algumas habilidades que vão desde um uso “periférico da máquina” até as leituras de texto mais sofisticados, publicados online.

[...]O computador é um dispositivo de armazenamento e recuperação em que ficam armazenadas as informações trabalhadas pelo usuário; a Internet é um dispositivo remoto em que muitas pessoas, no mundo inteiro, arquivam suas informações, que ficam ali acessíveis a todos; a tela do computador funciona como um display, um mostrador que acessa o que o usuário pedir. A um comando do mouse ou do teclado, a tela exhibe um site, um blog, uma página de acesso do e-mail. Dentro de cada um desses ambientes pode haver gêneros diversos de textos, alguns que já existiam antes da invenção do computador, outros que nos parecem novidades[...] (Ribeiro, 2009, p.33)

O trecho evidencia a forma como os elementos fundamentais da tecnologia digital, como o computador, a internet e as interfaces visuais, estão interligadas no processo de mediação da informação e da comunicação. O computador é apresentado como um repositório local, e a internet amplia esse acesso ao permitir o compartilhamento e a recuperação de conteúdos em larga escala. Ainda, levando em consideração as mudanças que acontecem constantemente no mundo virtual é necessário capacitações constantes, já que:

[...] do ponto de vista pedagógico, o letramento digital visa a incluir o conhecimento e a compreensão das aplicações e implicações sociais das tecnologias digitais, em contraste com as habilidades que têm foco apenas em conhecimentos informáticos (Suguimoto et al., 2017, p. 810).

Daí a importância de conseguir acessar sites, aplicativos, programas, mas também utilizar de forma ética, crítica e autônoma as novas tecnologias uma vez que a internet também possui suas armadilhas. Ribeiro (2009) sugere, nesse contexto, a criação de ambientes de ensino e aprendizagem que levem em consideração as especificidades do mundo digital, de modo a preparar as pessoas para o domínio de habilidades mais complexas, sem, contudo, desconsiderar habilidades básicas.

Pessoas que ainda não têm letramento digital têm dificuldade de lidar com os equipamentos. É preciso saber como usar o teclado, o mouse, dar dois cliques para abrir programas, um clique para acessar links, usar logins e senhas, etc. Depois que ultrapassam essa fase “motora”, os usuários começam a conhecer a navegação em ambientes, a participação, a leitura, a publicação. Nos ambientes digitais, a distância entre ler e escrever é muito curta. (Ribeiro, 2009, p.34)

É possível observar uma interface entre o letramento Digital e o uso técnico dos computadores e recursos tecnológicos. Deste modo, observamos que entre as pessoas idosas essas habilidades básicas são muito importantes de serem trabalhadas, evidenciando a relevância de cursos de inclusão digital que possibilitem práticas de letramento digital e que além de habilidades técnicas promovam um pensamento crítico e reflexivo. E, para a pessoa idosa, esse letramento está diretamente ligado ao uso funcional e reflexivo das tecnologias no cotidiano, como conversar com familiares por aplicativos de mensagens, acessar informações de saúde, realizar serviços bancários e participar de atividades culturais online, dentre outras.

As abordagens interrelacionadas entre o letramento e a inclusão digital com a pessoa idosa, finda por revelar a relevância dessa temática, ratificando a necessidade de estudos e pesquisas que colaborem no entendimento das questões envolvidas nesse fenômeno, que se apresenta ao mesmo tempo político e social. Nesse sentido, detalhar como esse trabalho foi desenvolvido em seus aspectos metodológicos, possibilitará maior entendimento do objeto estudado, bem como dos resultados que serão apresentados.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa é fundamentada na abordagem qualitativa, adotando a ênfase na compreensão de fenômenos em seus contextos naturais e, também, pela valorização dos significados atribuídos pelos sujeitos aos seus discursos e práticas. Segundo Minayo:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. (Minayo, 2007, p.21)

Esse tipo de pesquisa tem como foco a análise interpretativa de dados não numéricos, o que permite uma investigação mais aprofundada e sensível às nuances do objeto estudado. Também pode ser caracterizada como interpretativa. A escolha do objeto da pesquisa permite que a mesma seja tipificada como com fonte de dados documental. Segundo Bardin

“Podemos defini-la como uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sobre uma forma diferente da original, a fim de facilitar, no estado anterior, a sua consulta e referência.” (Bardin, 2016, p.51)

O que possibilita outros modos de representação por meio de procedimentos de transformação.

Para a produção de dados, algumas etapas foram seguidas, a saber i) pesquisa documental de artigos científicos, seguida do tratamento e análise dos dados. Os documentos investigados foram artigos presentes no banco de dados do portal de periódicos da Capes.

Para a realização da pesquisa dentro do portal de periódicos da Capes foram utilizadas Palavras-chave combinadas com o operador booleano “E”, a fim de mapear trabalhos que atendessem aos critérios estabelecidos. Assim, no dia 16/06/2024 foi realizada a primeira busca utilizando as chaves: Inclusão digital e idosos, obtendo um total de 108 resultados. No dia 18/06/2025, Inclusão digital e idoso e projeto, 21 resultados. 23/06/2025, foram realizadas três buscas, Inclusão digital e extensão, 117 resultados. Inclusão digital e terceira idade: 23 resultados, Informática e terceira idade: 16 resultados. No total foram mapeados 285 trabalhos que correspondiam às buscas com as palavras-chave utilizadas.

A busca foi realizada em junho de 2025 e incorporou artigos publicados em português, inglês e Espanhol de janeiro de 2020 a maio de 2025, no portal de periódicos da Capes. A escolha do período, justifica-se pelo interesse em compreender como os cursos, oficinas e projetos de inclusão digital destinados às pessoas idosas foram desenvolvidos durante o período da pandemia de Covid-19 e de que maneira se configuraram no cenário pós-pandêmico. Esse recorte possibilita analisar não apenas os desafios impostos pelo isolamento social, mas também as estratégias e adaptações que marcaram a continuidade das práticas de inclusão digital nesse novo contexto.

Quanto à seleção do Portal de Periódicos da Capes como fonte de pesquisa, a decisão se fundamenta na relevância e confiabilidade dessa base que é considerada um dos maiores acervos científicos virtuais do País, que reúne e disponibiliza conteúdos produzidos nacionalmente e outros assinados com editoras internacionais a instituições de ensino e pesquisa no Brasil.

Para o tratamento e análise dos dados coletados, foi utilizada a análise de conteúdo temática, conforme proposta por Bardin (2016). Essa técnica permite a categorização, inferência e interpretação dos dados, a partir da identificação de temas, padrões, não se limitando a leitura superficial, mas buscando sentido presente nos materiais analisados. O processo envolve as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos, com a intenção de produzir deduções válidas e significativas que estejam alinhadas aos objetivos da pesquisa.

A pré-análise para Bardin (2016) seria a fase de organização e exploração sistemática dos documentos onde é realizada a escolha dos documentos, a elaboração de Hipóteses e objetivos e a elaboração de indicadores para a fundamentação. Assim, primeiro foi realizada uma leitura flutuante para conhecer o texto e entender a propostas dos artigos. Essa primeira leitura, se ateuve ao título e resumo dos artigos. Como resultado dessa etapa, foram excluídos os que não contemplavam a terceira idade, inclusão digital e trabalhos que não apresentaram a metodologia utilizada ou não descreviam claramente as práticas adotadas. Desse modo, do total de 285 artigos encontrados, somente 14 deles se enquadraram nos critérios estabelecido

Após concluir a primeira fase, onde foi realizada a escolhas dos documentos que atendiam aos critérios e categorias pré-estabelecidas, iniciou-se então a análise propriamente dita, a partir da leitura mais atenta dos artigos para a busca e codificação por trechos compatíveis com as quatro categorias que foram escolhidas previamente, a partir de elementos que compõem o letramento digital, sendo: i) conhecer as tecnologias digitais de informação e comunicação e sua utilização nas diversas práticas sociais; ii) compreender e utilizar as tecnologias digitais de informação e

comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações; iii) utilizar as tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética no cotidiano; e iv) produzir conteúdo, resolver problemas e agir pessoal e coletivamente com autonomia e responsabilidade diante das tecnologias de informação e comunicação. Os artigos foram agrupados a partir das categorias definidas.

A escolha das categorias foi inspirada em uma pesquisa de Machado *et al* (2016) que permitiu identificar algumas competências digitais trabalhadas em cursos de inclusão digital para idosos. Esse estudo realizou o mapeamento de cinco competências digitais organizadas em três grupos. Alfabetização digital, Letramento digital e Fluência digital, esta pesquisa tomou como referência as habilidades identificadas, como o uso de recursos básicos da internet, a realização de pesquisas na Web, a comunicação por e-mail, a avaliação da confiabilidade da informação online e a resiliência virtual, para a formulação dos critérios de análise.

Na terceira etapa, aconteceram as operações com a finalidade de organizar o conteúdo. Nesse momento foi necessário um olhar atento e crítico a partir das significações ofertadas no texto identificando padrões, estabelecendo relações e contradições. foi realizada à luz de estudos sobre a terceira idade, inclusão digital e letramento digital.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme apontado na metodologia foram encontrados 285 trabalhos. Após a leitura flutuante, foram excluídos aqueles que não contemplavam os critérios de seleção, ficando 14 trabalhos que atendiam completamente aos critérios de inclusão, conforme apresentado no quadro abaixo.

Quadro 1: Trabalhos mapeados no portal de periódicos da Capes

N	TÍTULO	AUTOR(S)	ANO
1	Inclusão digital: Resultados de um curso de informática para idosos	José Raphael Bokehi Gian Vitor Almeida Rocha Maria Carmen Vilas-Bôas Hacker Alvarenga	2020
2	Inclusão Digital com Tablets entre idosos: Metodologia e impacto cognitivo.	Glaucaia Martins de Oliveira Alvarenga Mônica Sanches Yassuda Meire Cachioni	2020
3	Integração do idoso na era da informática	Gilvana Mendes de Oliveira Vitorino	2020
4	Os idosos, as tecnologias e a inclusão digital.	Thiago Vieira Almeida Roberto Sussumo Wataya	2020
5	Inclusão Digital: uma realidade sobre a ótica da terceira idade do bairro José e Maria em Petrolina- PE	Isaías Coelho Delza Cristina Guedes Amorim Emanuela Vitória Dias	2020
6	Informática básica com internet e o uso das mídias para adultos e idosos	Thais Abrianos Campos Marielli dos Santos de Oliveira Bitencourt Rosângela de Amorim Teixeira de Oliveira	2021
7	Projeto clicando na terceira idade	Sandra Vieira Cleber Luiz Damin Ferro Eduardo da Rosa Bitencourt Nathalia Constante Roxo Karolini Motta Lupim	2021
8	Inclusão Digital para adultos: Relato de experiência	Fernanda Corrêa Garcia Felipe Schneider Costa Diego Ramos Gomes Rebeca Guedes M. da Silva	2021
9	Inclusão Digital e Participação Social de Idosos	Natasha Ramos de Palma Domingues Adriana Ramos de Sene Lilian Dias Bernado Taiuani Marquine Raymundo	2021
10	A inclusão digital de pessoas idosas em momento de pandemia: Relato de experiência de um projeto de extensão	Tainá Maria Silva Deodoro Lilian Dias Bernado Allana Karoline Chaves da Silva Taiuani Marquine Raymundo Isabela Vinharski Scheidt	2021

11	Inclusão digital de idosos por meio de dispositivos móveis: relato e reflexões	Cynara Maria da Silva Santos Cristiane de Magalhães Porto Carloney Alves de Oliveira	2022
12	Promoção da qualidade de vida para idosos por meio da inclusão digital: Projeto envelheSer	Marcos Jonaty Rodrigues Belo Landim Evandro Nogueira de Oliveira	2023
13	Projeto incluir: resultados de 10 anos de atividade com idosos	José Raphael Bokehi	2024
14	“Nem no celular eu pegava” inclusão digital de pessoas idosas pela extensão universitária e seu impacto na formação do estudante extensionista	Raphael de França e Silva Odair França de Carvalho	2024

Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2025).

Como é possível observar nos dados constantes no quadro abaixo, dos 14 trabalhos selecionados, 5 (cinco) foram publicados em 2020, 5 (cinco) em 2021, 2 (dois) artigos datados de 2024, apenas um trabalho de 2022 e outro de 2023. Os artigos em sua maioria, foram produzidos por mais de um(a) autor(a).

Apresentado sumariamente os artigos selecionados no contexto desta pesquisa, o texto que segue, organizado a partir dos critérios elencados para o letramento digital, dialoga com cada artigo analisado, apontando a presença ou não desses critérios.

Critério 1: Conhecer as tecnologias digitais de informação e comunicação e sua utilização nas diversas práticas sociais:

Todos os trabalhos analisados atendem ao critério de conhecimentos básicos das tecnologias digitais, como o manuseio de computadores, tablets ou smartphones, acesso à internet, utilização de aplicativos e redes sociais. De modo geral, as oficinas e cursos descritos nos artigos ofereceram conteúdos introdutórios e funcionais, voltados à apropriação prática das tecnologias, o que demonstra a preocupação em promover autonomia digital entre os idosos. Destacam-se, algumas iniciativas que vão além das abordagens mais recorrentes. O Artigo 2, de Alvarenga; Yassuda e Cachioni (2020), por exemplo, apresenta uma proposta estruturada em etapas, iniciando com computadores, passando para internet e avançando para o uso de smartphones, assim, os conteúdos são inseridos progressivamente. O Artigo 6, de Campos; Bitencourt e Oliveira (2021) traz um currículo planejado que percorre desde o reconhecimento dos equipamentos até a navegação em mídias sociais, com uma abordagem mais ampla e estruturada.

Já o Artigo 8, de Garcia *et al* (2021) diferencia-se ao adaptar o conteúdo e a didática ao

contexto social e profissional dos participantes, o que favorece uma aprendizagem mais significativa. O Artigo 9, de Domingues *et al* (2021), também merece destaque por incorporar a utilização das tecnologias no cotidiano dos idosos, promovendo a integração social e comunitária por meio do uso do *WhatsApp*, redes sociais e e-mail, como destacado no trecho:

O projeto tem como filosofia a abordagem centrada no cliente, pois as necessidades e interesses de cada participante são considerados como central para a tomada de decisões sobre as conduções dos encontros. Além das aulas, a cada encontro, os extensionistas organizam um café para todos os integrantes da oficina, promovendo espaços de socialização e interação. Os temas que os idosos apresentam maior interesse em aprender são: funções de configuração (contraste, brilho, volume), acessibilidade (aumento do tamanho das letras), redes sociais (Facebook e Instagram), aplicativos de mensagem (WhatsApp), ligações com ou sem vídeo, acesso a sites e ao e-mail. (Domingues et al, 2021, p.379)

Por fim, o Artigo 13, de Bokehi (2024), chama atenção por abordar, além dos conteúdos básicos, o uso de ferramentas mais avançadas como edição de imagens, planilhas e criação de slides, ampliando as possibilidades de uso das tecnologias no cotidiano e em contextos diversos.

Critério 2: Compreender e utilizar as tecnologias digitais de informação e comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações:

Todos os trabalhos analisados atendem ao critério de compreender e utilizar as tecnologias digitais de informação e comunicação para acessar e disseminar informações. De forma geral, os artigos evidenciam que os participantes passaram a utilizar redes sociais, aplicativos de mensagens, buscadores, e-mails e demais recursos digitais para manter contato com familiares, acessar serviços e buscar informações promovendo maior inserção social.

Alguns artigos, no entanto, se destacam por abordagens mais amplas e que ampliam as temáticas. O Artigo 2, de Alvarenga; Yassuda e Cachioni (2020), por exemplo, enfatiza o uso de aplicativos não apenas para comunicação, mas também para acesso a serviços de saúde e bancários, acrescentando o alcance das tecnologias no cotidiano. O Artigo 4, de Almeida e Wataya (2020), detalha práticas específicas como pagamentos, depósitos e uso de aplicativos bancários por meio do smartphone, o que demonstra mais elementos para a apropriação tecnológica, como relatado: “Etapa 2: Navegando na Internet por meio do Smartphone – Configuração do WIFI; utilizar o app Bradesco, acessa a conta, efetuar pagamento e depósito; interagir nas mídias sociais: Facebook e

Whatsapp” (Almeida; Wataya, 2020). O Artigo 8, de Garcia *et al* (2021), relata que após o curso, os idosos passaram a utilizar o computador para envio de e-mails e realização de cadastros online, mostrando maior apropriação para o uso no cotidiano

O Artigo 11, de Santos; Porto e Oliveira (2022), merece destaque por integrar o *WhatsApp* como uma extensão pedagógica da sala de aula, promovendo interações constantes, envio de conteúdos e construção coletiva do conhecimento como evidencia o trecho:

De certo modo, podemos considerar que o grupo da turma criado no WhatsApp serviu como a extensão da sala de aula, onde aconteceram as interações, os "treinos", as descobertas, a construção de novas aprendizagens, os envios das mensagens entre os participantes, os avisos, as notícias encontradas nos sites de informações, as piadas, receitas, mensagens de aniversários, as fotos das aulas e de passeios, das viagens, as dúvidas, orientações e outros. (Santos, Porto, Oliveira, 2022, p.7)

Já o Artigo 13, de Bokehi (2024), amplia a discussão ao incluir o uso das TDICs como forma de acesso a informações de saúde, serviços governamentais e outros recursos essenciais, contribuindo para a inclusão digital e cidadã. Por fim, o Artigo 14, de Silva e Carvalho (2024), apresenta um avanço perceptível na prática cotidiana dos idosos, ao relatar que, mesmo aqueles que não utilizavam o celular antes do curso, passaram a usá-lo para diversas atividades, incluindo acesso a redes sociais, aplicativos bancários e plataformas do governo.

Critério 3: Utilizar as tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética no cotidiano:

Dos artigos analisados, o de número 1, Bokehi *et al* (2020); o 3, Vitorino (2020); o 5, Coelho; Amorim e Dias (2020); o 6, Campos, Bitencourt e Oliveira (2021); o 7, Vieira *et al* (2021); o 9, Domingues *et al* (2021); o 10, Deodoro *et al* (2021); o 11, Santos; Porto e Oliveira (2022); e o 12, Landim e Oliveira (2023), não apresentaram evidências, a partir da análise das metodologias e dos conteúdos descritos, de práticas que envolvessem o uso das tecnologias digitais de forma crítica, significativa, reflexiva e ética. Por outro lado, alguns trabalhos se destacam por contemplarem essas dimensões. O artigo 2, de Alvarenga; Yassuda e Cachioni (2020), se destaca por abordar questões de privacidade na publicação de conteúdos, promovendo também momentos

de socialização para refletir sobre o uso das tecnologias.

O artigo 4, de Almeida e Wataya (2020), enfatiza a navegação segura na internet e revela o desejo dos idosos em dominar as TICs, o que indica um envolvimento mais consciente com os recursos digitais. Já o artigo 8, de Garcia *et al* (2021), contempla especificamente a temática da segurança digital com foco na proteção ao utilizar computadores e internet. O artigo 13, Bokehi (2024), avança ainda mais ao tratar de segurança em operações bancárias e compras online, promovendo um uso ético e seguro dos dispositivos digitais, como demonstrado no trecho a seguir.

A estrutura e o conteúdo do curso têm sido ajustados conforme a demanda e o momento de oferecimento de cada turma, sendo semelhante à de outros cursos com o mesmo objetivo (Soares et al., 2015; Chepe et al., 2015; Simch e Warpechowski, 2022). Em 2017, o curso passou a tratar, além do uso de computadores, do uso de smartphones. Essa inclusão foi 14 Revista Contemporânea, vol. 4, nº. 7, 2024. ISSN: 2447-0961 motivada pela ampliação da utilização destes equipamentos, inclusive para acesso à internet (CETIC, 2022). Nesse momento, também foram incluídos os aspectos relacionados à segurança no de computadores e smartphones para aplicações bancárias, compras e mesmo troca de informações na internet (Bokehi, 2022, p. 13-14).

Por fim, o artigo 14, de Silva e Carvalho (2024), traz discussões relevantes sobre democracia, desinformação e segurança na internet. Como reflete os autores:

A didática do curso foi adaptada com base nas dificuldades apresentadas pelas pessoas idosas no primeiro encontro, seguindo as orientações da Cartilha de Letramento Digital. As temáticas incluíram WhatsApp, Gmail, redes sociais de internet (Facebook, Instagram, Youtube), busca de conteúdos de interesse (como receitas culinárias e afins), formas seguras de realizar compras online, aplicativos de música, jogos online, aplicativos de governo digital (gov.br, INSS, Conecta SUS), aplicativos de transporte, bancos, além de abordagens sobre segurança na internet, riscos das tecnologias digitais para a democracia e competências relacionadas ao combate à desinformação. Ao fim dos encontros, foi realizado um segundo círculo de cultura com as pessoas idosas participantes, com o objetivo de ouvi-los acerca das mudanças em suas vidas, no que diz respeito à cultura digital e ao uso de dispositivos tecnológicos, após o curso. Nesse momento, pudemos coletar dados das experiências das pessoas idosas com o letramento digital, a partir do qual pudemos elencar indicadores de desenvolvimento de competências digitais (Silva, Carvalho, 2024, p.74).

Além disso, a socialização após os encontros para ouvir os participantes é crucial para o desenvolvimento significativo do curso, e revela mudanças na postura dos participantes após os cursos, como maior confiança ao navegar e realizar compras online.

Critério 4: Produzir conteúdo, resolver problemas e agir pessoal e coletivamente com autonomia e responsabilidade diante das tecnologias de informação e comunicação:

Em relação a esse critério verificou-se que a grande maioria dos artigos analisados apresenta práticas e relatos que atendem a esse aspecto. Apenas os artigos 3, de Vitorino (2020) e o 5, de Coelho; Amorim e Dias (2020), não apresentaram evidências suficientes ao tratar dos resultados da pesquisa, o que não reflete o desenvolvimento da produção de conteúdo com autonomia e responsabilidade entre os participantes.

No entanto, de maneira geral, os artigos revelam que a maioria das práticas de inclusão digital voltadas à pessoa idosa tem promovido avanços importantes na autonomia, produção de conteúdo, resolução de problemas e uso responsável das tecnologias digitais. Os relatos destacam que os participantes passaram a produzir e utilizar ferramentas como editores de texto, planilhas, aplicativos de mensagens e redes sociais, além de navegarem com mais confiança e independência na internet.

Entre esses trabalhos, merecem destaque o artigo 2, Alvarenga; Yassuda e Cachioni (2020), que apresenta um processo formativo no qual os idosos não apenas aprendem a utilizar recursos tecnológicos, mas também produzem ativamente conteúdos durante as aulas e demonstram autonomia crescente.

As atividades previstas foram organizadas em torno de dinâmicas semiestruturadas, e foram dependentes de conhecimentos já existentes entre o grupo, ao invés da inserção de novas informações. Os idosos puderam compartilhar memórias, histórias e bens que forem relacionados à dinâmica, e oportunamente realizaram um passeio de campo relacionada com o tema (por exemplo, museu de arte) com o grupo. Além das duas sessões semanais, os participantes se comprometeram a 10 horas adicionais de atividades com o grupo a cada semana, o que pode incluir tarefas como, por exemplo, troca de receitas, visitar um museu, participar de outra atividade na EACH USP. Foram propostas atividades adicionais, como filmes, caça-palavras, quebra-cabeças baseados em conhecimento prévios; leitura de artigos populares de revistas informativas; como também ouvir músicas clássicas que estarão disponíveis na “Biblioteca do Cérebro” (local onde estarão todas atividades que deverão ser realizadas nas residências). (Alvarenga; Yassuda e Cachioni, 2020, p.291)

O artigo 9, Domingues et al (2021), é outro exemplo expressivo, ao relatar que os participantes passaram a organizar eventos, enviar mensagens, fazer postagens e até ensinar outras

pessoas, o que evidencia um protagonismo digital relevante.

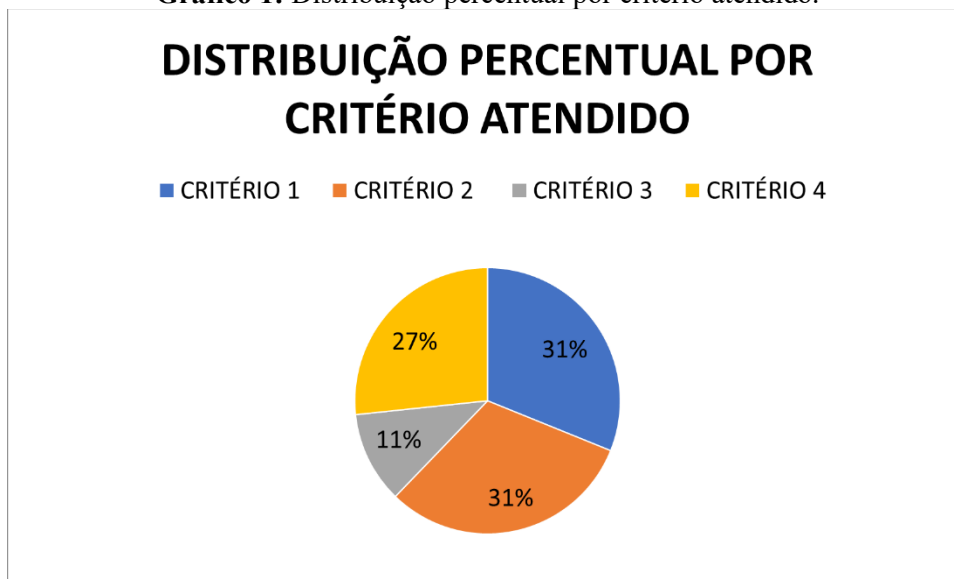
Ainda se destacam os artigos 8, de Garcia *et al* (2021); o 10, Deodoro *et al* (2021); o 12, de Landim e Oliveira (2023) e o 13, de Bokehi (2024), que mostram que os idosos foram capazes de utilizar os recursos digitais para realizar tarefas cotidianas com independência, além de indicarem melhorias na autoestima, participação social e percepção de competência digital. Já o artigo 14, mostra um avanço significativo na autonomia digital, com idosos realizando compras online, postando fotos e acessando serviços bancários com segurança. Segundo Silva e Carvalho:

Um dos fatos mais relevantes, no que se refere à autonomia e ao empoderamento, pode ser demonstrado quando uma das pessoas idosas realizou uma compra online, antes de ir ao último dia de aula e, durante as atividades de encerramento, estava usando um par de sapatos novos, recém-adquiridos em uma loja virtual. E ela fez isso, sem a ajuda de parentes ou colegas. (Silva, Carvalho, 2024, p. 78)

Assim como evidenciado no trecho relatado demonstra um empoderamento concreto diante das tecnologias.

Para uma visão mais integradora desses aspectos, segue abaixo o gráfico 1, apresentando um compilado da presença dos critérios nos artigos analisados.

Gráfico 1: Distribuição percentual por critério atendido.



Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa, 2025.

Dentre os artigos analisados destaca-se o critério 1 e 2 como os mais atendidos, mostrando que os conceitos básicos de conhecer e compreender as TDICs estão sendo amplamente explorados

em oficinas, cursos e projetos de inclusão digital. Estas habilidades vão de encontro ao que propõe a Sociedade Brasileira de Computação SBC, em suas Diretrizes Nacionais para a Educação Básica, e estabelece três componentes de conhecimentos, denominados: pensamento computacional, cultura digital e mundo digital. No que se refere ao pensamento computacional, são envolvidas abstrações e técnicas necessárias para a descrição e análise de informações (dados) e processos, bem como a automação de soluções.

Assim, observa-se o desenvolvimento de uma prática de alfabetização digital, que, conforme Machado *et al.* (2019), envolve o domínio de conhecimentos básicos sobre as tecnologias, incluindo o acesso à internet, a navegação em sites por meio de buscadores e o uso inicial de redes sociais e aplicativos, como parte essencial para a inserção digital dos sujeitos.

Já o critério 3, “Questões como segurança digital, desinformação, ética no uso das redes e direitos digitais ainda são pouco exploradas nas oficinas analisadas”. Segundo Silva (2018), o domínio da segurança digital requer um conjunto de competências que inclui o conhecimento sobre a navegação segura na internet, a proteção contra vírus e outras ameaças, bem como a manutenção da segurança dos dispositivos e dos dados armazenados. Também é fundamental conhecer os direitos e deveres no ambiente digital, incluindo aspectos legais como leis específicas, direitos autorais, licenciamento de conteúdo, além da proteção de dados pessoais, dos dispositivos utilizados e da própria saúde e bem-estar dos usuários durante o uso das tecnologias. O que é essencial para que a pessoa idosa utilize a internet de forma mais segura.

Em uma pesquisa realizada por Machado *et al.* (2019), eles apresentam que embora muitos idosos reconheçam os riscos associados ao uso das tecnologias digitais e demonstrem atitudes responsáveis no ambiente virtual, nem todos possuem o conhecimento e as habilidades necessárias para preveni-los de forma efetiva. Demonstra que, apesar de saberem da existência de perigos, parte dos participantes ainda apresenta dificuldades em identificar e aplicar ações concretas de proteção, como o uso adequado de antivírus ou a criação segura de *logins* e senhas.

O critério 4, “Produzir conteúdo, resolver problemas e agir pessoal e coletivamente com autonomia e responsabilidade diante das tecnologias de informação e comunicação”, apareceu em 12 artigos, com uma frequência considerada satisfatória. Para Rezende (2016, p. 13), tal promoção só é possível por meio de uma educação digital que deva proporcionar “oportunidade para utilizar os meios digitais com autonomia e participação individual e cooperativa”, o que evidencia a importância de criar possibilidades para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo dos

participantes das oficinas, cursos e projetos.

Em síntese, os dados apontam que, quando bem estruturadas, as oficinas, cursos e projetos de inclusão digital voltados à pessoa idosa contribuem efetivamente para o desenvolvimento de habilidades essenciais no uso das tecnologias digitais de informação e comunicação, além do desenvolvimento do letramento digital. Observa-se que essas iniciativas possibilitam que os idosos acessem, compreendam e utilizem recursos tecnológicos com maior autonomia, confiança e funcionalidade para resolução de problemas cotidianos e ampliação da comunicação interpessoal.

Contudo, a análise evidenciou que nem todos os trabalhos detalham as metodologias, práticas e conteúdo, de forma clara, o que dificultou, em alguns casos, a identificação precisa da presença dos critérios adotados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise de 14 artigos publicados entre 2020 e 2025, foi possível perceber que a maioria dos trabalhos desenvolve, ainda que de forma parcial, práticas que favorecem o letramento digital da pessoa idosa. Embora apenas cinco artigos tenham atendido plenamente aos quatro critérios estabelecidos que envolvam desde o conhecer e compreender até o uso crítico, reflexivo e ético das tecnologias, os demais também apresentaram contribuições, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de habilidades básicas das ferramentas digitais e ao incentivo à autonomia no uso de dispositivos como *smartphones* e computadores.

Dessa forma, os objetivos da pesquisa foram alcançados. O levantamento realizado no portal da Capes foi criterioso e resultou em um corpus significativo, e proporcionou a verificação das metodologias, conteúdos e estratégias desenvolvidas nas oficinas de inclusão digital analisadas. Além disso, a categorização dos dados possibilitou identificar quais efetivamente promovem o letramento digital, e quais ainda carecem de um aprofundamento pedagógico.

A pesquisa revelou que, apesar dos avanços, ainda são escassas as iniciativas que contemplam dimensões mais críticas do letramento digital, como o combate à desinformação, a segurança na internet e a ética no uso das redes sociais. Esse aspecto é especialmente relevante diante da vulnerabilidade digital de muitos idosos e aponta para a urgência de ações mais integradas e conscientes, que considerem a pessoa idosa como sujeito ativo no mundo digital.

Como contribuição pessoal e formativa, este estudo permitiu aprofundar meu entendimento sobre a importância de práticas educativas voltadas à inclusão digital da terceira idade. A vivência como monitora voluntária em uma oficina de inclusão digital reforçou a relevância de abordagens que respeitem os saberes prévios, os ritmos de aprendizagem e os interesses específicos desse público, promovendo autonomia, participação e maior qualidade de vida.

Além disso, o estágio e pesquisa em espaço não escolar proposto no curso de pedagogia possibilitou e ampliou minha compreensão sobre a atuação como pedagoga para além do espaço da sala de aula, o que me levou a estagiar e atuar como monitora voluntária no programa UATI/CEVITI. Essa experiência foi fundamental para despertar o interesse em aprofundar estudos sobre inclusão digital, temática que passou a se consolidar em minha trajetória acadêmica. A escolha de investigá-la no Trabalho de Conclusão de Curso representa, portanto, não apenas a continuidade de uma experiência significativa, mas também a abertura para novos caminhos de pesquisa, que poderão se estender futuramente em um mestrado, reafirmando o compromisso com

a construção de conhecimentos voltados à transformação social e à valorização da educação em suas múltiplas dimensões.

Entre os limites da pesquisa, destaca-se que durante a análise dos artigos selecionados, observou-se que alguns não apresentavam de forma clara as metodologias, práticas pedagógicas ou os conteúdos desenvolvidos nas oficinas. Essa ausência de informações dificultou consideravelmente a identificação precisa do atendimento aos critérios definidos neste estudo.

Ressalta-se, contudo, que a inexistência desses dados nos textos não implica necessariamente na ausência de práticas de letramento digital nas referidas oficinas. Trata-se apenas de uma limitação quanto à possibilidade de análise, o que impossibilita afirmar categoricamente a inexistência dessas práticas. Por outro lado, nos trabalhos que trouxeram descrições mais detalhadas e evidências concretas, foi possível realizar uma análise mais consistente e aprofundada, permitindo identificar, com maior segurança, em que medida tais experiências contemplavam os elementos do letramento digital.

Como sugestão para pesquisas futuras, propõe-se a realização de estudos de campo que acompanhem oficinas de inclusão digital em tempo real, bem como pesquisas com abordagem participativa, que incluam o olhar e a voz da pessoa idosa sobre sua relação com as tecnologias digitais. Além disso, seria pertinente investigar o papel da formação dos educadores nesse processo, e o impacto de políticas públicas específicas para a pessoa idosa.

Por fim, reafirma-se a importância de compreender a inclusão digital da pessoa idosa não apenas como uma questão de acesso, mas como um direito social e uma ferramenta para o exercício pleno da cidadania em uma sociedade cada vez mais conectada.

REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador de Alfabetismo Funcional**. Inaf, [S.l.], 2025. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/>. Acesso em: 27 jul. 2025.

ALMEIDA, Thiago Vieira. WATAYA, Roberto Sussumu. **Os Idosos, as Tecnologias e a Inclusão Digital**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 11, Vol. 02, pp. 14-25. Novembro de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/tecnologia/inclusao-digital>

ALVARENGA, Glaucia Martins de Oliveira; YASSUDA, Mônica Sanches; CACHIONI, Meire. **Inclusão digital com tablets entre idosos: metodologia e impacto cognitivo**. *Psicologia, Saúde & Doenças*, v. 20, n. 2, p. 384-401, 2019. DOI: <https://doi.org/10.15309/19psd200209> .

ALVES, Larissa et al. **Políticas públicas e iniciativas globais para a promoção do envelhecimento saudável: desafios e oportunidades na era da inclusão digital**. Revista CPAQV – Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida, v. 16, n. 3, 2024.

AZEVEDO, Victória; GONZAGA, Yuri. **Dos professores à classe C: como o perfil do internauta mudou**. Folha – 20 anos de Internet.br, São Paulo, 1 maio 2015. Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/20-anos-da-internet/o-inicio/dos-professores-a-classe-c-como-o-perfil-do-internauta-mudou.shtml>. Acesso em: 28 jul. 2025

BOKEHI, José Raphael. **Projeto Incluir: resultados de 10 anos de atividade com idosos**. *Revista Contemporânea*, v. 4, n. 7, p. 1-20, 2024. DOI: <https://doi.org/10.56083/RCV4N7-093>

BRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo / Salvador: Hucitec / Edufba, 1996. p. 35-59.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Instituições de longa permanência para idosos**. Brasília, DF: ANVISA, [202?]. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/servicosdesaude/saloes-tatuagens-creches/instituicoes-de-longa-permanencia-para-idosos>. Acesso em: 27 jul. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Histórico da regulamentação das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI)**. Brasília, DF: ANVISA, 26 maio 2023. Atualizado em: 13 set. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/servicosdesaude/saloes-tatuagens-creches/instituicoes-de-longa-permanencia-para-idosos/historico-da-regulamentacao>. Acesso em: 27 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993**. Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 fev. 1993. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/leis-ordinarias/lei-nb0-8.625-de-12-de-fevereiro-de-1993>. Acesso em: 27 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994.** Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 jan. 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm. Acesso em: 27 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 27 jul. 2025.

COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa (orgs.). **Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DOMINGUES, Natasha Ramos Palma et al. **Inclusão digital e participação social de idosos.** *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 369-390, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/2316-2171.102091>

EXAME. **Uso da internet entre idosos mais que dobra em sete anos e atinge 66% em 2023.** Exame, 16 ago. 2024. Disponível em: <https://exame.com/brasil/uso-da-internet-entre-idosos-mais-que-dobra-em-sete-anos-e-atinge-66-em-2023/>. Acesso em: 14 maio 2025.

FABRÍCIO, Tamires Carolina Marques et al. **Contexto sócio-histórico em que surgem e evoluem as políticas de proteção à pessoa idosa no Brasil:** da caridade ao direito a ILPI. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, v. 29, n. 2, p. 259-277, 2018.

FONSECA FILHO, Clézio. *História da computação: o caminho do pensamento e da tecnologia [recurso eletrônico]*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. 205 p. Disponível em: <http://www.pucrs.br/orgaos/edipucrs/>

GARCIA, Gabriel. **Desigualdade:** 63% da riqueza do Brasil está nas mãos de 1% da população, diz relatório da Oxfam. CNN Brasil, Brasília, 14 jan. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/desigualdade-63-da-riqueza-do-brasil-esta-nas-maos-de-1-da-populacao-diz-relatorio-da-oxfam/>. Acesso em: 27 jul. 2025.

GIL, Henrique. **A literacia digital e as competências digitais para a infoinclusão:** por uma inclusão digital e social dos mais idosos. *Revista de Educação a Distância e Elearning*, v. 2, n. 1, p. 79-96, 2019.

GIL, Henrique. **A inclusão digital como “passaporte” para uma mais adequada inclusão social dos cidadãos mais idosos.** In: PASQUALOTTI, Adriano; GIL, Henrique; AMARO, Fausto (org.). *Tecnologias de informação no processo de envelhecimento humano*. Passo Fundo: UPF Editora, 2015. p. 14-34.

HELDER, Darlan. **Acesso à internet em 20 anos:** pesquisa TIC Domicílios 2024 aponta que conexão doméstica saltou de 13% para 83%. G1 – Tecnologia, 31 out. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2024/10/31/aceso-a-internet-em-20-anos-pesquisa-tic-domicilios-2024.ghtml>. Acesso em: 27 jul. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022:** número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4 % em 12 anos. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 5 out. 2023. Atualizado em: 01 nov. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acesso em: 27 jul. 2025.

JORNAL USP. **Em 2030, Brasil terá a quinta população mais idosa do mundo.** Jornal USP, 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/em-2030-brasil-tera-a-quinta-populacao-mais-idosa-do-mundo/>. Acesso em: 14 maio 2025.

KACHAR, Vitória. **Terceira idade e informática:** aprender revelando potencialidades. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA NETO, N.; CARVALHO, A. **Letramento digital:** breve revisão bibliográfica do limiar entre conceitos e concepções de professoras e de professores. Belo Horizonte, 13 out. 2022.

MACHADO, Leticia Rocha et al . **COMPETÊNCIA DIGITAL DE IDOSOS: MAPEAMENTO E AVALIAÇÃO.** ETD - Educ. Temat. Digit., Campinas , v. 21, n. 4, p. 941-959, out. 2019 Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-25922019000400016&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 ago. 2025.

MACHADO, Leticia Rocha et al . **Mapeamento de competências digitais:** a inclusão social dos idosos. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, SP, v. 18, n. 4, p. 903–921, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8644207>. Acesso em: 7 ago. 2025.

NIC.br; CETIC.br. **Inclusão digital no Brasil:** apenas 22% dos brasileiros têm acesso a uma internet de qualidade, revela pesquisa. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Brasília, 3 nov. 2024. Atualizado em: 7 nov. 2024. Disponível em: <https://www.enap.gov.br/pt/acontece/noticias/inclusao-digital-no-brasil-apenas-22-dos-brasileiros-tem-acesso-a-uma-internet-de-qualidade-revela-pesquisa>. Acesso em: 27 jul. 2025.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR (NIC.br); CETIC.br. A – Domicílios que possuem equipamentos TIC. **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros – TIC Domicílios 2024.** Cetic.br | NIC.br, 2024. Disponível em: <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2024/domicilios/A/>. Acesso em: 28 jul. 2025.

PRENSKY, M. **Digital Natives, Digital Immigrants.** On the Horizon, v. 9, n. 5, p. 1-6, 2001.

REZENDE, M. **O conceito de letramento digital e suas implicações pedagógicas.** Texto Livre: Linguagem e Tecnologia, v. 9, n. 1, p. 94–107, jul. 2016. DOI: 10.17851/1983-3652.9.1.94-107. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/textolivre/article/view/16716>. Acesso em: 27 jul. 2025.

RIBEIRO, Ana Elisa. **Letramento digital:** um tema em gêneros efêmeros. Revista da ABRALIN, v. 8, n. 1, p. 15-38, jan./jun. 2009.

SANTOS, Claudia Rodrigues de Souza dos. O idoso no Brasil: da velhice desamparada a velhice dos direitos. Monografia de Pós-Graduação Lato Sensu – Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Raphael de França e; CARVALHO, Odair França de. ***Nem o celular eu pegava:*** inclusão digital de pessoas idosas pela extensão universitária e seu impacto na formação do estudante extensionista. *Revista Em Teia*, v. 13, n. 1, p. 66-87, 2024. DOI: <https://doi.org/10.51359/2177-9309.2024.263151>.

SOARES, Magda. **Novas práticas de leitura e escrita:** letramento na cibercultura. Educação e Sociedade, v. 23, n. 81, dez. 2002.

SOARES, Magda. **Letramento:** um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. 128 p.

SORJ, Bernardo; GUEDES, Luís Eduardo. **Exclusão digital:** problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. *Novos Estudos – CEBRAP*, n. 72, p. 101-117, jul. 2005. Disponível em: <https://novosestudos.com.br>. Acesso em: 27 jul. 2025.

SUGUIMOTO, Hélio Hiroshi et al. **Avaliação do letramento digital de alunos ingressantes do ensino superior:** uma abordagem exploratória do conhecimento computacional, comunicacional e informacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 98, n. 250, p. 805-822, dez. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812017000300805&lng=pt&nrm=is. Acesso em: 10 maio 2021.

ZAINE, Isabela et al. **Um estudo sobre letramento digital para idosos com o apoio de um aplicativo móvel personalizável.** *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 219–246, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2316-2171.98972>. Acesso em: 14 maio 2025.